

EXPECTATIVAS DO SETOR PRODUTIVO PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA NA PARAÍBA

Agro: Uma proposta para o futuro



FAEPA

A Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba- FAEPA é a voz da agropecuária paraibana.

Criada há 91 anos, a entidade representa os produtores de todo o estado, tendo em sua base 42 Sindicatos e cerca de 1.200 mil produtores filiados. A FAEPA representa, organiza e fortalece os produtores, defende seus interesses e apoia a geração de novas tecnologias em parceria com o seu braço de formação profissional, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

O momento traz uma oportunidade histórica para que a Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba – FAEPA, consolide a cada dia sua base com um sistema sindical moderno, capaz de contribuir com autonomia para o salto científico e tecnológico do setor do Agro.

Moderno e efetivo, o Sistema Sindical paraibano, composto pela Faepa, Senar e Sindicatos de Produtores Rurais, nesta união permanente com as demais entidades parceiras, será protagonista do projeto de levar a Paraíba a contribuir cada dia mais com a produção nacional de alimentos. O Futuro é Agro!

CONSELHO ESTADUAL DO AGRO (CONSEAGRO)

O Conselho Estadual do Agronegócio da Paraíba (Conselho Estadual do Agro) reúne dez entidades que representam os produtores rurais de diversas cadeias produtivas e segmentos da Agropecuária. O grupo defende temas de interesse da agropecuária paraibana propondo e avaliando as políticas oficiais destinadas ao setor agrícola, sempre no sentido de modernizá-las e garantir segurança jurídica ao produtor rural.

- Associação Brasileira dos Criadores de Sindi
- Associação dos Carcinicultores da Paraíba
- Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba
- Associação Paraibana de Criadores do Cavalo Quarto de Milha
- Associação Paraibana dos Criadores de Caprinos e Ovinos
- Associação Paraibana dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador
- Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba
- Núcleo dos Criadores do Cavalo Pônei da Paraíba
- Núcleo dos Criadores de Mini-Gado Paraíba
- Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado da Paraíba
- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Paraíba – OCB/PB
- Sociedade Rural da Paraíba
- Associação Avícola do Estado da Paraíba

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
A REGIÃO NORDESTE	13
O AGRO NO ESTADO DA PARAÍBA	17
1. ECONOMIA	21
2. CRIMINALIDADE NO CAMPO	22
3. SUSTENTABILIDADE	23
4. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	26
5. DEFESA SANITÁRIA	28
6. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	29
7. DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	31
8. PARQUES DE EXPOSIÇÕES	32
9. EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	33
10. DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA A REGIÃO	34



APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO

O Agronegócio brasileiro representa 23,5% de toda riqueza produzida no país (PIB) gerando 32% do total de empregos. Atualmente, o Brasil vende produtos agropecuários para mais de 140 países e é o maior exportador mundial de açúcar, suco de laranja, café em grãos, complexo de soja (grãos, farelo e óleo) e carne de frango; o segundo maior exportador de carne bovina e milho; e o quarto maior exportador de carne suína.

Segundo projeção da OCDE (bloco dos países mais desenvolvidos), em 10 anos, a demanda mundial por alimentos deverá aumentar em 20%, e o Brasil será responsável pela oferta de 40% dos produtos que farão frente a esse aumento. O aumento da produtividade, calcado especialmente em práticas mais modernas, ligadas ao uso da tecnologia da informação e no treinamento de pessoal, será o principal fator de ganho da produção.

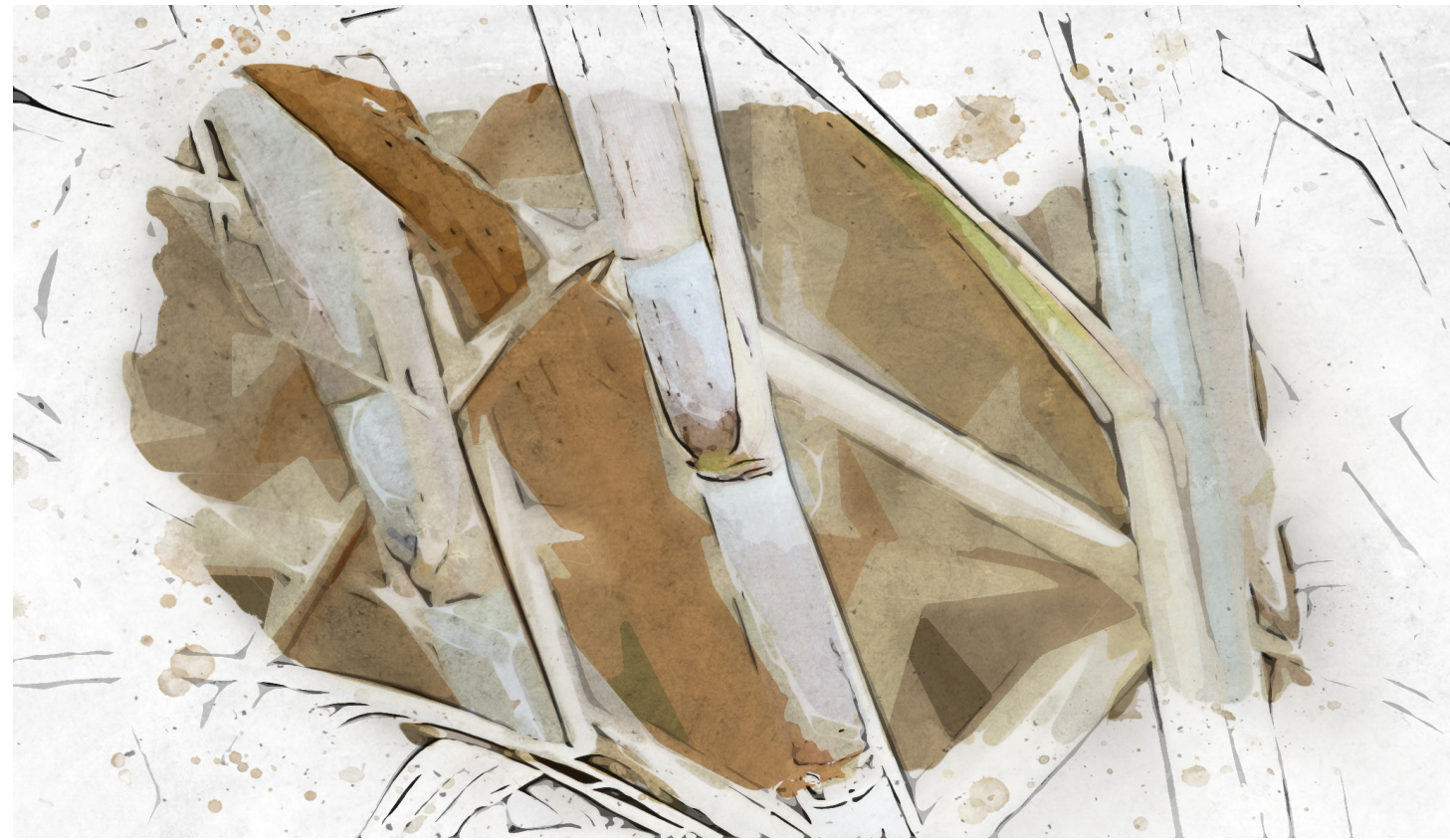
As entidades do Agronegócio paraibano, reunidas numa manifestação, não apenas em torno de interesses do próprio setor, mas no interesse geral da economia e da sociedade, visto que o Agro se estrutura em longas cadeias produtivas cujos elos vão da agricultura à indústria e aos serviços, compartilhando problemas e destinos comuns. Por isso este documento trata o setor em conjunto, não distinguindo agricultura, indústria e comércio, nem campo e cidade.

Os representantes da Agropecuária Paraibana (CONSEAGRO) apresentam neste documento 10 (dez) temas que o setor considera im-

portantes e será prioridade nos próximos anos, na certeza de poder contar com total apoio do futuro governante, particularmente na criação de uma política de combate à criminalidade no campo, adoção de políticas que fortaleçam o Sistema de Defesa Agropecuária, ampliação dos recursos destinados a Assistência Técnica e Gerencial e inovação tecnológica e o desenvolvimento de políticas públicas focadas na ampliação da produção de biocombustíveis e de outras energias renováveis.

Com esse espírito, e com muita esperança, apresentamos aos candidatos este documento unificado pedindo a devida atenção para com o setor da agropecuária paraibano, responsável por 24,2% do mercado de trabalho (PNAD, 2009).

A REGIÃO NORDESTE



A REGIÃO NORDESTE

A região Nordeste do Brasil possui o menor PIB per capita do país - R\$ 10.380,00 - e inferior à metade da média nacional, que é de R\$ 21.536,00. Há várias décadas, a economia nordestina se mantém próxima a 13% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, entretanto algumas projeções a apontam como a nova fronteira agrícola.

Em 2017, a Região Nordeste foi responsável por 9,37% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional. Em relação às exportações, os produtos agropecuários da região avançaram, entre 2016 e 2017, 27,2% em receita, a US\$ 7,55 bilhões, e 31,4% em volume, com 14,26 milhões de toneladas, conforme com dados do AGROSTAT/MAPA e CNA.

Nos últimos anos, a Região Nordeste foi acometida pela longa estiagem que provocou prejuízos sociais e econômicos incalculáveis. A estiagem contribuiu com a inadimplência de parte dos produtores rurais nordestinos nos financiamentos bancários adquiridos, principalmente, no período de 2012 a 2016. As razões resumem-se nas sucessivas frustrações de safras, perda de rebanhos, escassez hídrica e da problemática do abastecimento do milho na região (principalmente pelo aumento de preços e pelo déficit de armazéns para estocagem) para fornecimento aos animais.

A situação do volume dos reservatórios na Região Nordeste é ainda crítica, com 13,9% de

volume de água armazenada (janeiro/2018), com destaque para os volumes dos reservatórios dos Estados do Ceará (6,9%), Paraíba (9,7%), Rio Grande do Norte (12,4%) e de Pernambuco (14,6%).

Ressalta-se que a Constituição de 1988 assegura que pelo menos 50% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) sejam aplicados para o financiamento de atividades produtivas em municípios do Semiárido. Essa garantia constitucional deveria representar estímulo ao desenvolvimento, mas não é isso que, de fato, está acontecendo.

Diversas políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agropecuária brasileira estão em desacordo com as reais necessidades dos produtores rurais da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). As políticas destinadas ao Semiárido, com maior frequência, apresentam aumento nos índices de endividamento, descapitalização e saída involuntária da atividade produtiva.

Segundo estimativas do IBGE (2016), a Região Nordeste tem 56,9 milhões de habitantes, o que representa 27,6% da população do Brasil. No semiárido, a estimativa da população é de 23,8 milhões de habitantes, o que representa cerca de 41,8% dos nordestinos vivendo nessa área.

O AGRO NO ESTADO DA PARAÍBA



O AGRO NO ESTADO DA PARAÍBA

Acompanhando o contexto nacional de aumento da produção de alimentos para suprir a demanda mundial, o Estado da Paraíba deve estabelecer uma política voltada a dinamizar e solidificar a sua vocação agropecuária.

O estado possui área de 56.440 Km² e uma população de quase quatro milhões de habitantes (3.999.415) e Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 56 milhões de Reais, sendo considerado o terceiro estado com melhor resultado na região Nordeste, atrás apenas de Piauí e Rio Grande do Norte (segundo o IBGE, 2016).

Sabe-se que nos últimos dez anos, o VBP agropecuário da Paraíba não sofreu alterações significativas, sendo contabilizado em R\$ 1.343.328.626 no ano de 2017. Isso equivale a 2,65% do VBP da Agropecuária na região Nordeste, no mesmo período, e coloca o estado em última posição quando comparado aos demais estados da região.

Em relação aos principais produtos agropecuários, a Paraíba é o terceiro maior produtor da região Nordeste, registrando VBP de R\$ 467.432.767,00 em 2017, estando atrás dos estados de Alagoas (VBP de R\$ 1.487.722.549,00) e de Pernambuco (VBP de R\$ 1.349.993.279,00), no mesmo ano.

Já o abacaxi destaca o estado como terceiro maior produtor nacional. Segundo os dados preliminares do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, o estado produziu 94.238,203 (X1000) frutos, quase

três vezes mais a quantidade produzida no estado da Bahia, 33.889,587 (X1000), a título de comparação.

A Paraíba possui o quinto maior rebanho de caprinos do Brasil, 545.994 cabeças, e está em primeiro lugar nacional na produção de leite de cabra, que é da ordem de 5.627(mil L), conforme dados preliminares do Censo Agropecuário 2017 do IBGE.

Existe grande necessidade de que o próximo governador da Paraíba realize ações que contemplem o Agronegócio no estado, principalmente na região do semiárido. Neste contexto, torna-se urgente e imprescindível que a região Semiárida esteja integrada a uma política de Estado com atuação permanente, como acontece em outras regiões semiáridas do mundo, ao invés de estar atrelado a uma política de um determinado governo, com ações isoladas, o que limita a melhoria de renda e ascensão social. Fundamental nessa atuação é levar em consideração suas peculiaridades e necessidades, não só por ser a área com maior vulnerabilidade climática do País, mas principalmente pela quantidade de famílias que vivem na região.

A FAEPA juntamente com instituições representativas da Agropecuária Paraibana, com o intuito de discutir ações necessárias e prioritárias para o desenvolvimento do setor, elencou os principais temas para serem trabalhados pelo próximo governo. Espera-se, desta forma, contribuir para a modernização da economia local e para o avanço do Brasil no mercado mundial.

PRIORIDADES DO SETOR



1. ECONOMIA

É consenso que existe falta de dados que demonstrem qualitativamente o que o setor Agropecuário representa efetivamente para o estado da Paraíba, portanto realizar planos governamentais com pouca base de dados torna-se quase inviável e ineficiente em tempos modernos. O setor precisa de uma base de dados atualizada que complemente a base do IBGE, indicando as principais potencialidades, dificuldades e necessidades para desenvolver a Agropecuária na Paraíba.

Espera-se que as questões tributárias sejam melhor discutidas no próximo governo de forma que o setor venha a adotar tecnologias e inovações tornando-se competitivo no cenário nacional.

PROPOSTAS:

- Apoiar a elaboração de Estudo quantitativo e qualitativo para demonstrar a representati-

dade e potencialidades do Agronegócio Paraibano; e

- Reduzir as alíquotas existentes no estado para a aquisição de máquinas agrícolas e insumos agropecuários, visando aumentar a competitividade da produção estadual.

2. CRIMINALIDADE NO CAMPO

Os números da violência no meio rural são assustadores. Embora os crimes contra produtores e trabalhadores rurais possam ser enquadrados em tipos comuns do Código Penal Brasileiro, como homicídios, latrocínios, roubos e furtos, para ficar entre os mais corriqueiros, é imperioso estabelecer mecanismos que inibam alguns fatores externos ao universo jurídico e policial uma vez que essa realidade criminal no campo vem sendo ignorada pela maioria quase absoluta dos profissionais e estudiosos da Segurança Pública no Brasil.

PROPOSTAS:

- Instituir a Patrulha Rural e Delegacias Especializadas em Crimes da Zona Rural;
- Estender os avanços tecnológicos de sinais de Internet e de telefonia celular para a zona rural de todos os municípios paraibanos;

- Criar rubricas que abranjam o meio rural com aumento gradativo do orçamento para a Segurança Pública;

- Promover a melhoria constante da qualidade da gestão das políticas sobre segurança pública nas áreas rurais, assegurando a representação dos produtores rurais em Conselho de Segurança e Defesa Social; e

- Instituir, em parceria com a União, os Municípios e as entidades da sociedade civil organizada, ações e programas de prevenção ao uso de drogas voltados a crianças e adolescentes em regiões rurais, dada a correlação do tráfico e do uso de substâncias ilícitas com o aumento da violência.

3. SUSTENTABILIDADE

O conceito de desenvolvimento sustentável é extremamente amplo. O modelo da “sustentabilidade” para qualquer segmento econômico envolve a conjugação dos seguintes elementos, conhecidos como “triple bottom line”: Desenvolvimento Econômico; Responsabilidade Social; e Gestão Ambiental.

A partir dessas três grandes linhas, podemos levantar os seguintes desafios para os próximos anos:

- Ampliar as ações da agropecuária na agenda de desenvolvimento sustentável;
- Produzir alimentos saudáveis e seguros para garantir segurança alimentar e desenvolvimento sustentável;
- Definir os modelos de agricultura mais adequados para ajudar a Paraíba a se tornar uma “economia verde”, dentro dos preceitos da sustentabilidade;

- Expandir a produção e assegurar a conservação da biodiversidade e das florestas; e

- Promover a agricultura como vetor de empregos, desenvolvimento do país, reduzindo a pobreza.

O ponto de partida para essa discussão é que a busca da sustentabilidade deve sempre considerar as particularidades de quem a pratica e de onde é feita. Apesar de existirem elementos comuns, os quais ajudam a definir o que é desenvolvimento sustentável, não existe uma receita única do que é “ser sustentável”.

A agroenergia contribui positivamente para a saúde humana e animal, e as condições do meio ambiente, reduzindo as emissões de poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa. Além disso, economiza divisas, reduz a dependência e aumenta a segurança energética ao substituir a importação de petróleo e seus derivados.

PROPOSTAS PARA O SISTEMA DE PRODUÇÃO:

- Desenvolvimento e utilização de tecnologias para diminuir os desperdícios e melhorar a eficiência do manejo da irrigação;
- Promoção da reservação de água na propriedade rural;
- Promoção do reuso de água na agricultura propiciando o aumento da produtividade em áreas já produtivas;
- Gestão público-privada de águas no estado da Paraíba, especialmente com participação do setor rural, assegurado na legislação estadual;
- Implantar o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA);
- Isenção de pagamento de água bruta para empreendimentos rurais que preservem e ampliem matas ciliares, APP'S e outros;
- Revisão da legislação de Cobrança pelo uso da água;
- Fomentar e desenvolver o Saneamento Rural com implantação de Biodigestores, Fossas Sépticas, entre outras tecnologias;
- Elaborar em conjunto com representantes do setor agropecuário um plano de ação para o Canal das Vertentes, Canal da Redenção, Várzeas de Sousa, Piancó I, II e III e das águas da transposição do Rio São Francisco;
- Parceria Público Privada (PPP) para a construção de médios reservatórios de acumulação de água de chuva em todos os cursos d'água da região da Zona da Mata, para uso em irrigação, especialmente no cultivo de produtos com alto valor agregado (fruticultura, floricultura, horticultura,

cana de açúcar, dentre outros); *Referência: Reservatório de captação de água da cidade de Itabaiana/ PB*

- Alterar a composição do Conselho Ambiental (COPAM), instituída pela Constituição Estadual incluindo a participação de entidades representativas do Conselho Estadual do Agronegócio (CONSEAGRO);
- Desburocratizar e simplificar o Licenciamento Ambiental;
- Definição dos normativos estaduais relacionados ao Programa de Regularização Ambiental (PRA);
- Estabelecer prazos de renovação de licenciamento ambiental conforme ciclo de cada cultura. *Referência: Cana-de-açúcar a cada 05 safras e Abacaxi a cada ciclo (02 anos).*

PROPOSTAS AGROENERGIA:

- Energia Renovável (Fotovoltaica e Eólica): Incentivos tributários e financeiros para dinamizar a aquisição e o uso pelos produtores rurais; estabelecer na legislação estadual obrigações e compromissos para promover investimentos sociais e econômicos na região de impacto dos projetos implantados; *Referência: Adoção de Legislação em vigor no Estado de Minas Gerais, (lei 22.549/2017); Estado da Paraíba se tornar signatário do convenio ICMS 16 de 22 de abril de 2015 (CONFAZ);*
- Alterar Decreto 38.220 de 22 de maio de 2018, Art. 1º parágrafo 12, para incluir a geração de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar como atividade típica de industrialização;

- Estabelecer em Legislação estadual metas de descarbonização junto à Concessionária PBGÁS com a produção de biogás definindo procedimento de cálculo e regulamento. O cumprimento das metas de descarbonização deverá ser feito por contratos de longo prazo de aquisição de Biometano nas especificações da ANP ou por meio da aquisição de crédito de descarbonização - CBIOS, previstos na Lei Federal 13.576, de 26/12/2017. *Referência: Projeto de Lei aprovado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e Paraná.*



4. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

As novas áreas de fronteira agrícola necessitam da mobilização do poder estatal e da iniciativa privada para modernizar e desenvolver sistemas de transporte com o objetivo de escoar a produção de maneira adequada. A necessidade de aumentar a competitividade dos produtos nacionais em relação aos estrangeiros exige clara redução de custos em operações de exportação. A logística é vista como elemento-chave na “estratégia competitiva” do país.

As atividades de transporte e de armazenamento, se planejadas e operadas de maneira integrada, resultam em benefícios, quando se considera as perdas pós-colheita ocorridas devido ao transporte inadequado ou condição perecível dos bens agroalimentares. A logística mais eficiente relaciona-se a diminuição dos custos, com menores preços e maiores lucros. Os esforços gerenciais empreendidos nesse sentido diluem os custos fixos

mediante economias de escala, níveis de eficiência, uso dos ativos de logística, integração entre as atividades, e assim por diante.

PROPOSTAS:

- Plano de expansão para instalação de linhas trifásicas nas propriedades rurais;
- Simplificar o acesso à tarifa verde para irrigantes;
- Consolidar critérios para a concessão de redução do ICMS na conta dos estabelecimentos rurais (atualmente essa concessão é de 48 meses, porém, esse critério não está sendo seguido pelos funcionários da empresa ao efetuarem solicitações frequentes de renovação da concessão emitidas pela Emater);
- Construção de Estradas de Produção: Rota do Abacaxi – Estrada estadual de interliga-

ção entre cidades produtoras de abacaxi (Jacaraú, Pedro Régis, Lagoa de Dentro, Itapororoca e Santa Rita) e Rota das Usinas - Infraestrutura de acesso às usinas, asfalto em todos acessos;

- Melhorias nas passagens inferiores sob a BR 101 e estradas vicinais;

- Licenciamento de Caminhões com uma única vistoria;

- Dar transparência e modificar o sistema PMPF (CONFAZ) de ICMS sobre combustíveis para melhor retratar a realidade de preços do mercado. Evitar que o PMPF seja um sistema de tabelamento;

- Apoiar a Política Nacional dos Biocombustíveis – RENOVBIO;

- Negociar junto ao Governo Federal a ampliação da cota de milho definida para o Estado da PB, em razão da defasagem verificada em recente levantamento realizado pela CNA;

- Disponibilizar armazéns já existentes (FUNCEP) nas cidades de Sousa, Itaporanga, Catolé do Rocha e Guarabira, para facilitar a logística de abastecimento de grãos aos produtores das referidas cidades. O processo pode ser feito por convênios firmados entre Governo e a CONAB.



5. DEFESA SANITÁRIA

A falta de sistematização dos processos de gestão resulta em diferentes níveis de efetividade das políticas públicas voltadas à defesa agropecuária, e impacta o crescimento e o desenvolvimento do agronegócio local.

As ações efetivas de promoção à saúde, de vigilância e defesa dos animais e vegetais precisam de uma coordenação dinâmica e atuante do poder público com envolvimento das três instâncias federativas. Neste caso, roga-se imperioso o comprometimento do governo estadual com a defesa sanitária animal e vegetal.

Os procedimentos adotados nos serviços oficiais devem ser reavaliados. Nos processos considerados essenciais, as métricas devem avaliar se as medidas atingirão os resultados esperados. Essas definições devem ser pautadas em ciência.

A informatização, com acesso às informações básicas por meio de plataforma web, promove

uma interlocução via internet com o cliente, e dá maior transparência e agilidade aos processos.

PROPOSTAS:

- Criar agência de Defesa Agropecuária para o Estado da Paraíba;
- Reestruturar os postos de fiscalização – Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal - ULSAV;
- Apresentar um plano de defesa agropecuária animal para o setor em razão do prazo de região livre de aftosa sem vacinação em 2021;
- Apresentar um plano de defesa agropecuária vegetal para monitoramento de pragas e doenças; e
- Disseminar Boas Práticas Agropecuárias visando evitar raquitismo na cana-de-açúcar, broca gigante e esferófolus.

6. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Em seu papel de inclusão social, econômica e cultural, o cooperativismo é uma doutrina que propõe um modelo de negócios muito viável para o desenvolvimento sustentável. Baseado na união de pessoas, o movimento se destaca pela busca dos referenciais de participação democrática, independência e autonomia. O objetivo final é promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social dos seus cooperados, bem como da comunidade em que se inserem.

Falar em cooperativismo é falar em sustentabilidade de fato, de resultados efetivos e para todos. Pelo seu papel de desenvolvimento econômico e social, evidenciado pelos princípios e valores praticados pelo movimento cooperativista, as cooperativas têm legitimidade para ser um modelo de negócio que realmente contribui para o crescimento local.

PROPOSTAS:

- Viabilizar a Produção e a Comercialização de produtos originados dos Assentamentos Rurais Existentes;
- Estabelecer Programas de Assistência Técnica e Gerencial/AteG;
- Profissionalização da gestão;
- Parceria com o mercado privado, com cooperativas ou com associações visando a melhor comercialização de seus produtos;
- Incentivo à participação das cooperativas e das associações nas compras públicas (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE).
- Reconhecimento pelo Poder Público do papel do cooperativismo como modelo econômico sustentável, capaz de aprimorar as políticas de inclusão social e de geração de renda, fortalecendo

seu papel como parte da agenda estratégica do país;

- Segurança Jurídica e Regulatória para o Cooperativismo garantindo maior clareza nos critérios adotados pelos Órgãos Reguladores e de Fiscalização das atividades cooperativas;

- Reconhecimento da categoria econômica cooperativista para fins sindicais e ajuste dos marcos regulatórios setoriais de cooperativas em diversos ramos, de modo que tragam um ambiente de segurança jurídica adequado ao desenvolvimento do cooperativismo;

- Criar a Lei Estadual de Apoio e Fomento ao Cooperativismo em consonância com a Lei Federal 5764/71 que cria mecanismos legais para registro e funcionamento de cooperativas;

- Fomentar parceria da Junta Comercial do Estado com a OCB/PB (Organização das Cooperativas do Estado da Paraíba) para disciplinar o registro de novas cooperativas e criação de um representante vogal na JUCEP-PB com um representante da OCB/PB;

- Promover tratamento tributário adequado ao Ato Cooperativo, que atenda às especificidades da natureza jurídica das sociedades cooperativas;

- Promover a participação e integração das cooperativas de crédito do Estado da Paraíba nas operações financeiras envolvendo órgãos da administração direta e indireta; e

- Incluir membros da OCB/PB no Conselho Gestor do Transporte Alternativo no DER-PB (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba) e no Conselho Gestor do Empreender Paraíba e no Projeto Cooperar.



7. DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

PROPOSTAS:

- Plano de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira no Estado (bovinocultura e caprinocultura de leite);

- Tornar o Programa Leite da Paraíba abrangente a todas as categorias de produtores rurais;

- Elaborar e implantar legislação simplificada para pequenas plantas de abatedouros entre 10 e 20 animais/dia;

- Transferir para a iniciativa privada os frigoríficos para abate de animais de pequeno porte;

- Produtos Agroalimentares Artesanais: Elaborar o Regulamento para adoção do selo ARTE (Implantar normativo estadual que regule a produção artesanal de produtos de origem animal), adequando-a à Lei Federal Nº 13.680/2018;

- Limitar em 10 hectares a dispensa de licença para criação de camarão em cativeiro;

- Limitar em 20 hectares a licença simplificada para criação de camarão em cativeiro;

- Ingresso do Governo do Estado da Paraíba na ação contra a importação de camarão sem as devidas análises de risco;

- Maior agilidade nos processos de outorga de água dentro a Aesa;

- Criação e fortalecimento de uma Secretaria Estadual de Pesca e Aquicultura para fomento e desenvolvimento da atividade, para que a Paraíba retome o seu lugar como umas das maiores exportadoras de camarão do Brasil; e

- Incluir membros do CONSEAGRO no Conselho Gestor do Empreender Paraíba e no Projeto Cooperar.

8. PARQUES DE EXPOSIÇÕES

PROPOSTAS:

- Celebrar Contrato de Comodato entre a FAEPA e demais entidades do Conselho Estadual do Agronegócio da Paraíba com o Governo do Estado para administração dos Parques de Exposição de João Pessoa, Campina Grande e outros.



9. EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O fornecimento de uma educação de qualidade é o fator estrutural mais limitante ao desenvolvimento do País. No Brasil rural essa carência é ainda maior, em especial, em relação ao número reduzido de estabelecimentos e a falta de estrutura e recursos básicos como energia e água potável que comprometem não só a qualidade do ensino, mas também a adesão e permanência de professores e alunos nas escolas.

A melhoria na educação da população rural paraibana é imprescindível, pois é ela fator condicionante para o aprimoramento da gestão do agronegócio e o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. Além disso, são prioritárias ações que viabilizem o aumento do acesso à informação e ao conhecimento, a partir, por exemplo de ferramentas educacionais que aliem teoria e prática para a formação de profissionais em diferentes áreas.

Outro desafio está ligado à qualificação da mão de obra, já que o agronegócio tem exigido profissionais com maior nível de escolaridade e cada vez

mais completos, com aptidão e conhecimentos tecnológicos e competências de gestão das propriedades rurais como verdadeira empresa rural.

PROPOSTAS:

- Fomentar parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar para qualificar os produtores e trabalhadores rurais com as ações de Formação Profissional Rural, Promoção Social, Educação Formal com o Curso Técnico em Agronegócio e Assistência Técnica e Gerencial;

- Fortalecer as entidades de Pesquisas Agropecuárias e de Assistência Técnica estadual;

- Revisar a forma de atuação;

- Definir metas para maximizar o atendimento à sociedade; e

- Fortalecimento das Escolas Rurais de ensino básico.

10. DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA A REGIÃO

O Nordeste do Brasil e o Semiárido Brasileiro, em particular, têm sido tratados de forma negligenciada no que se refere aos planos e ações dos governos, e é normalmente visto como uma região exótica, pobre e incapaz de se tornar também um vetor dinâmico da economia nacional.

Não é à toa que a região conta com o maior número de beneficiários dos programas sociais do governo federal e dos governos estaduais, bem como, apesar dos avanços observados nas últimas duas décadas, continua sendo aquela com maior percentual de pobres e deficiências básicas em termos de educação, saúde e empregabilidade.

Uma característica própria da região é o fenômeno das secas. Algo que, pelo fato de sua frequência e consequências, precisa ser tratado como uma questão de interesse nacional a ser resolvida. Ao contrário, a perpetuação de políticas voltadas ao clientelismo é algo marcante e persistente, res-

saltando-se que em várias outras regiões áridas e semiáridas a abordagem para com o fenômeno das secas é algo distinto e baseado fundamentalmente em conhecimento e desenvolvimento tecnológico.

Nesse sentido, relaciona-se a seguir prioridades que podem ser consideradas como subsídios à formulação de uma política de planejamento à médio e longo prazo para a região semiárida.

PROPOSTA:

- Fortalecer pesquisas para a palma forrageira e demais espécies adaptadas a região, como sorgo, por exemplo;
- Apoiar a pesquisa de novas espécies e cultivares de forrageiras para o Semiárido, em particular leguminosas e gramíneas adaptadas à região suscetível a prolongados períodos de estiagem;
- Criar programa de monitoramento do cli-

ma que atue de forma preventiva, com sistemas de alertas para os usuários;

- Concluir obras hídricas em todo o estado visando a utilização de águas da transposição do Rio São Francisco;

- Incentivar setor produtivo para reutilização de águas residuais dos agrupamentos urbanos e industriais para a agricultura;

- Promover parcerias público privadas (PPP), para a dessalinização das águas dos poços e barragens, com o devido acompanhamento e manutenção de unidades de dessalinização de águas de poços, barragens, córregos, rios e riachos da Paraíba; e

- Sistematizar de forma mais eficiente a boa





● ● ● ● ● ●
CONSELHO
ESTADUAL DO AGRO - PB
● ● ● ● ● ●

